

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS  
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



# Cadernos de Geografia

## DIVERSIDADE DOS PROCESSOS DE TERCIARIZAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS \*

CARMINDA CAVACO \*\*

### RESUMO

#### 1. TENDÊNCIAS DE TERCIARIZAÇÃO DOS CAMPOS

Terciarização da população activa.

Terciarização da população residente nos campos, dos periurbanos aos profundos.

Terciarização externa da própria população agrícola.

#### 2. DIVERSIFICAÇÃO DA NATUREZA DAS ACTIVIDADES DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Limites (estruturais, sociais, de qualidade) da modernização agrícola da indústria agroalimentar.

Renovação do agroalimentar camponês e desenvolvimento da comercialização directa.

Das soluções familiares às colectivas.

#### 3. TERCIARIZAÇÃO PELO AGROTURISMO E OUTRAS MODALIDADES DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Comercialização de serviços apoiados na exploração agrícola: alojamento, restauração, actividades desportivas, recreativas e culturais.

Desenvolvimento e diferenciação rural da oferta e das clientelas turísticas em Portugal.

---

\* Comunicação apresentada nas II Jornadas de Geografia Humana (Coimbra, 22 a 24 de Janeiro de 1991).

\*\* Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

## RESUMÉ

### 1 — TENDANCES DE TERTIARISATION DES CAMPAGNES

Tertiariation de la population active.

Tertiariation des résidents des campagnes: depuis la zone périurbaine jusqu'à la campagne profonde.

Tertiariation externe de la population agricole.

### 2 — DIVERSIFICATION DE LA NATURE DES ACTIVITES DES EXPLOITATIONS AGRICOLES

Limites (structurelles, sociales et qualitatives) de la modernisation agricole de l'industrie agroalimentaire.

Rénovation de l'agroalimentaire rural et développement de la commercialisation directe.

Des solutions familiales aux solutions collectives.

### 3 — TERTIARISATION PAR LE TOURISME RURAL ET AUTRES FORMES DE TOURISME

Commercialisation de services proposés sur l'exploitation agricole: logement, restauration, activités sportives, récréatives et culturelles.

Développement et différenciation rurale de l'offre et de la clientèle touristiques au Portugal.

## SUMMARY

### 1. TENDENCES TO TERTIARIZATION OF FIELDS

Tertiariation of the active population.

Tertiariation of those residents in rural areas, from peri-urban to remote.

External tertiariation of the actual farming population.

### 2. DIVERSIFICATION OF THE NATURE OF AGRICULTURAL EXPLOITATION ACTIVITIES

Limits (structural, social and of quality) of agricultural modernisation for the food production industry.

Renovation of rural agricultural food production and development of direct commercialisation.

Family and collective solutions.

### 3. TERTIARIZATION THROUGH AGRO—TOURISM AND OTHER FEATURES OF TOURISM IN RURAL AREAS

Commercialisation of services supported by agricultural exploitation: lodgings, restauration, sports, recreational and cultural activities.

Rural development and differentiation for supplying tourist demand in Portugal.

## 1. Tendências de terciarização dos campos

A terciarização da população activa é uma constante na modernização das sociedades, pelo aumento da procura de bens e serviços não só pelas pessoas como também pelas empresas. Neste último caso, prende-se com a introdução de novos processos de produção, cada vez mais mecanizados e automatizados, e com a sua inserção em contextos económicos e financeiros alargados e fortemente concorrenciais, tornando fundamentais, a par dos equipamentos e das técnicas, a gestão, a informação, a relação com outras empresas ou o marketing.

Portugal vem participando nesta tendência geral, pelo que, de 1970 a 1981, a população activa no terciário passou, no Continente, de 34,1% a 41,8%. Os acréscimos foram particularmente elevados nos distritos de Faro (+17,6%) e Coimbra (+9,4%), com funções marcadamente «turísticas» e «universitárias», mas também muito significativos em distritos do interior. Os aumentos dos valores percentuais da população activa no terciário alcançaram 13,9% no de Portalegre, 13,8% no de Beja, 11,4% no de Bragança, 10,1% no de Castelo Branco e 9,4% no de Évora. Trata-se, indiscutivelmente, nestes casos de distritos ainda fortemente rurais, considerando como indicadores da sua ruralidade a população residente em aglomerados de menos de 2 000 habitantes e a isolada ou a população activa no sector primário (Quadro I). Em 1981, o sector terciário ultrapassava 60% no distrito de Lisboa e rondava 40% nos dis-

QUADRO I

Distritos	Pop. resid. (%) lugares ≤ 2000 hab. (1981)	Pop. activa (%) no sector primário (1981)	Pop. activa (%) no sector terciário (1981)
Viana do Castelo	92,1	46,7	24,4
Braga	83,9	18,8	24,8
Porto	52,9	8,1	40,5
Vila Real	86,9	54,0	27,5
Bragança	81,5	52,2	29,3
Aveiro	76,3	19,8	26,7
Coimbra	76,4	25,4	40,8
Leiria	79,2	27,3	30,5
Viseu	89,6	50,5	25,7
Guarda	80,2	44,0	26,2
Lisboa	19,4	4,2	63,3
Santarém	63,8	26,6	37,2
Setúbal	26,9	9,6	46,1
Castelo Branco	74,8	33,0	31,7
Portalegre	61,4	36,0	39,6
Évora	52,6	38,2	37,8
Beja	63,5	43,5	35,2
Faro	60,0	25,0	47,4

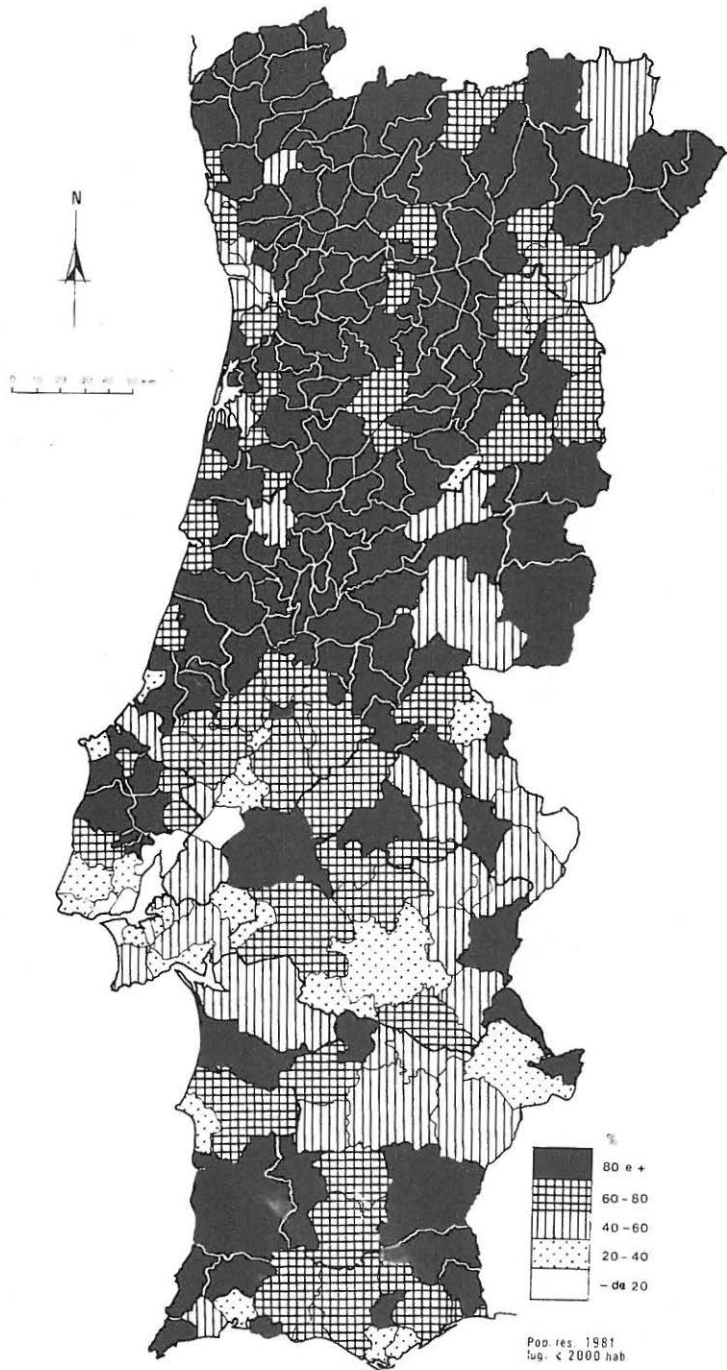


FIG. 1 — População residente em 1981 (%) nos lugares de 2000 hab. ou menos.

tritos do Porto e Coimbra, bem como nos de Portalegre, Évora e Santarém, entre os dois níveis situando-se os de Setúbal e Faro: os valores mais baixos continuavam, todavia, a verificar-se nos do interior ou em distritos litorais com acentuada função industrial e muitos operários na sua população activa.

Descendo a análise aos concelhos, releva-se a ruralidade do povoamento (Fig. 1) no Norte e no Centro, com excepção de concelhos compreendendo as capitais de distrito (Braga, Coimbra, Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda e Castelo Branco), de concelhos industriais (Manteigas e Covilhã) e de concelhos litorais integrados na área metropolitana do Porto. No sul, pela dimensão das aldeias alentejanas o limiar dos 2 000 habitantes não permite opor ruralidade e urbanização da população, aquela sendo mais acentuada do que o sugere a figura.

Paralelamente, o sector terciário era dominante, em termos de emprego, em concelhos com capitais de distrito (Bragança, Vila Real, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Castelo Branco, Santarém, Portalegre, Évora, Beja e Faro), na maior parte dos concelhos da zona norte da área metropolitana de Lisboa e em alguns da parte sul, mas também noutros concelhos do interior (Castelo de Vide, Crato, Elvas) ou do litoral (Nazaré, Sines e a maioria dos concelhos do Algarve), designadamente onde é importante a função turística (Fig. 2).

Pormenorizando um pouco mais a análise, observe-se a título de exemplo, uma sub-região periférica, da raia da Beira Interior (Fig. 3). A população activa no terciário alcança valores particularmente altos nas freguesias correspondentes às sedes de concelho (Sabugal 61,8%, Almeida 49,1%, Penamacor 48,6% e Idanha-a-Nova 40,3%), nas que contêm as principais passagens da fronteira ou lhe são vizinhas (Vilar Formoso 82,1%, Castelo Bom 39,6%, Segura 34,4%), nas que registaram algum desenvolvimento industrial, de que o Souto é o melhor exemplo, em muitas outras junto da fronteira, com algumas actividades induzidas pela localização, directa ou indirectamente (emigração e retornos mais precoces) (Nave de Haver, Aldeia da Ponte, Lageosa, Aldeia do Bispo e Foios, todas com mais de 20% de população activa no terciário), sem esquecer Monfortinho (59%), de importante função turística/termal.

Nas regiões urbanas a terciarização das çoroas periurbanas deve-se fundamentalmente à densificação da população que aí reside, muito embora trabalhe na cidade próxima, de onde muitas vezes emigrou. Por sua vez, a terciarização das çoroas rurbanas corresponde à modernização da agricultura libertadora da força de trabalho, pela mecanização e especialização produtiva, pela externalização de certas actividades de transformação e comercialização, pelo recurso a *inputs* proporcionados pelo comércio e a serviços diversos (técnicos, de crédito, seguros, etc.) e pela produção para o mercado.



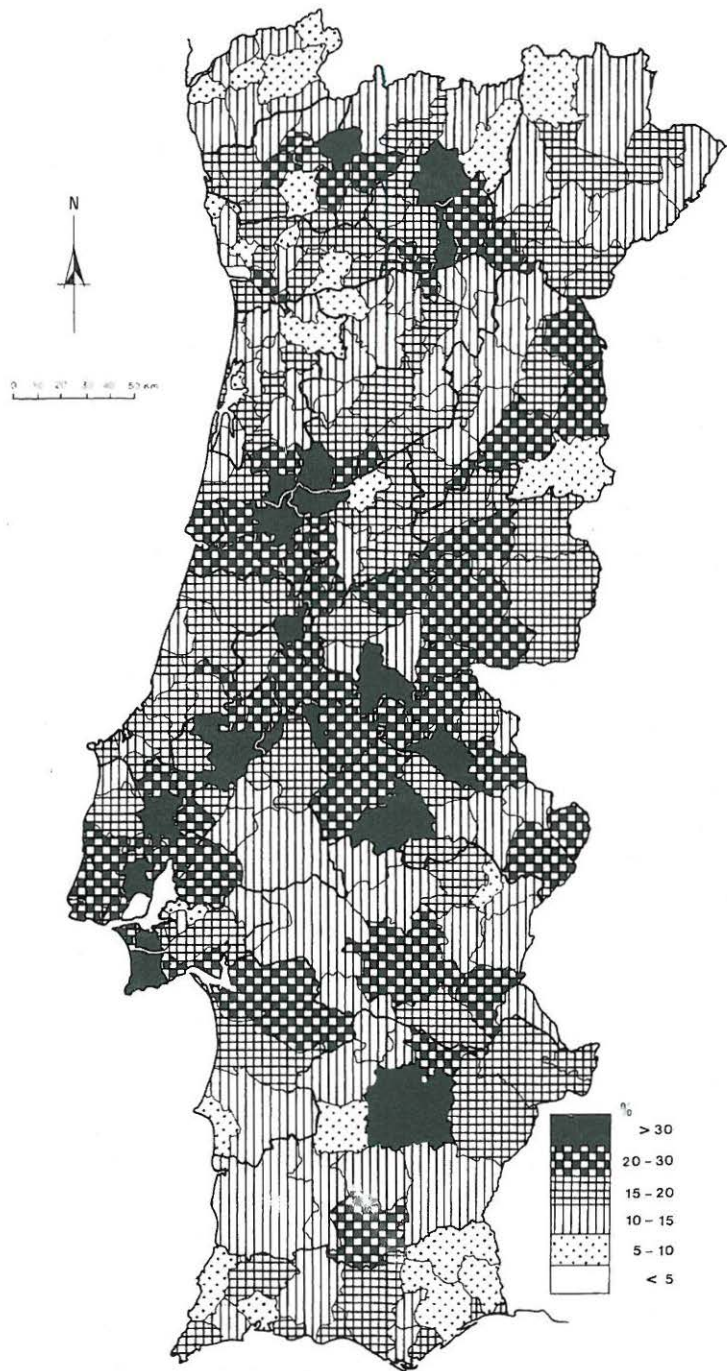


FIG. 2 — População activa no sector terciário (1981).

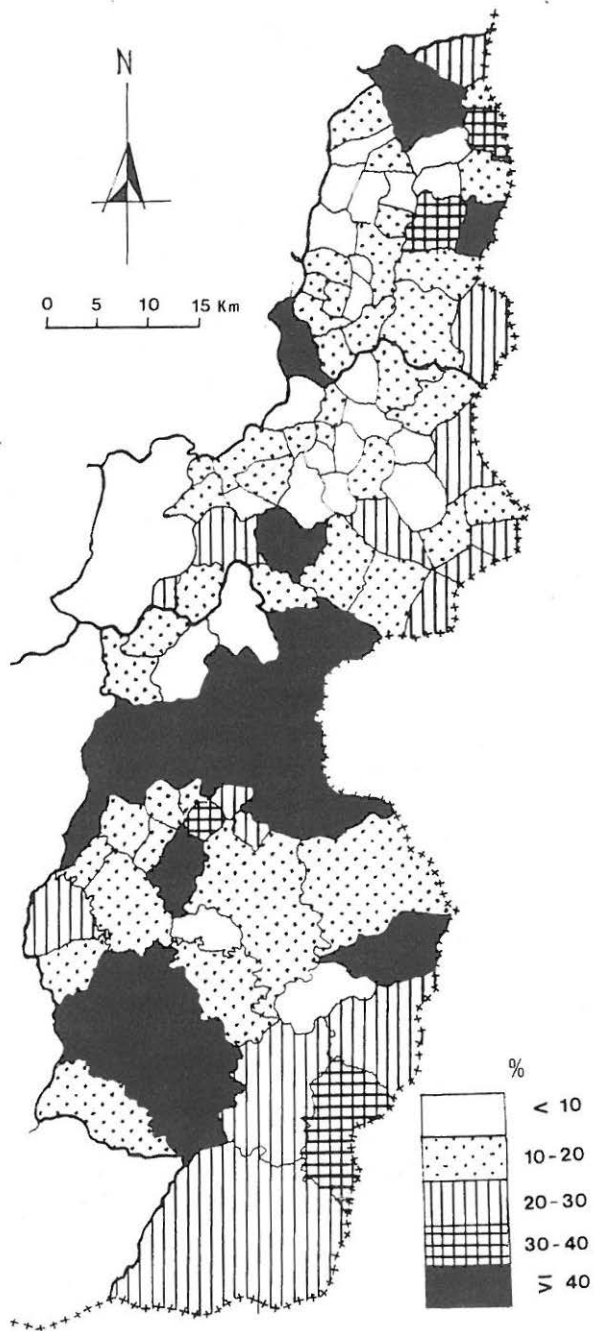


FIG. 3 — População activa no sector terciário (% população residente activa) (1981).



As novas gerações de raiz rural e agrícola respondem positivamente às oportunidades de emprego local e regional e criam inclusivamente os seus próprios empregos terciários (comércio, transportes, serviços de apoio à actividade agrícola), no geral de mais prestígio, já que limpos e de reduzido esforço físico. Algumas actividades terciárias destas áreas são fundamentais, na medida em que respondem não à procura local mas à procura urbana, entre a qual figura a de turismo e lazer, com destaque para a restauração e similares, de frequência marcadamente de fim-de-semana e estival.

Nos campos profundos a terciarização passa pela agricultura, pela procura de bens e serviços da população agrícola, de outra população residente, em particular alógena (reformados da cidade) e de população flutuante, de passagem ou em férias.

A terciarização atinge a própria população agrícola. São significativas as percentagens de produtores agrícolas individuais que trabalham fora das suas explorações no comércio, hotéis, restaurantes, transportes e serviços remunerados diversos, particularmente nos concelhos com sedes de distrito, nos com importantes passagens de fronteira, nos das regiões urbanas, sobretudo na área metropolitana de Lisboa e do Baixo Mondego, bem como em concelhos com intensa actividade nos transportes, que exemplificamos com os do Vale Tejo, de Lisboa a Abrantes, e muitos outros do distrito de Portalegre (Fig. 4).

A terciarização dos agregados familiares agrícolas aparece ainda mais marcada quando se considera, no conjunto das pessoas dos mesmos que trabalham fora das respectivas explorações em actividades não agrícolas, as que o fazem em actividades terciárias (Fig. 5). Sobressai então quase todo o Portugal interior e sul, e em especial o vale do Douro, a região de Lisboa, o vale do Tejo, com excepção dos concelhos mais industrializados, e o Baixo Mondego (Figueira-Coimbra), com prolongamentos até Tondela, Carregal do Sal e Alvaiázere.

Trata-se fundamentalmente de actividades comerciais, por grosso e a retalho, de serviços de transporte e de serviços oficiais acessíveis em termos de emprego aos membros mais jovens e com alguma instrução, que respondem a procuras essencialmente novas, pela urbanização dos valores e consumos e pelas disponibilidades monetárias permitidas pela diversificação das fontes de rendimento das famílias residentes, entre as quais relevam a emigração e a generalização das reformas dos rurais, principalmente em meios humanos bastante envelhecidos.

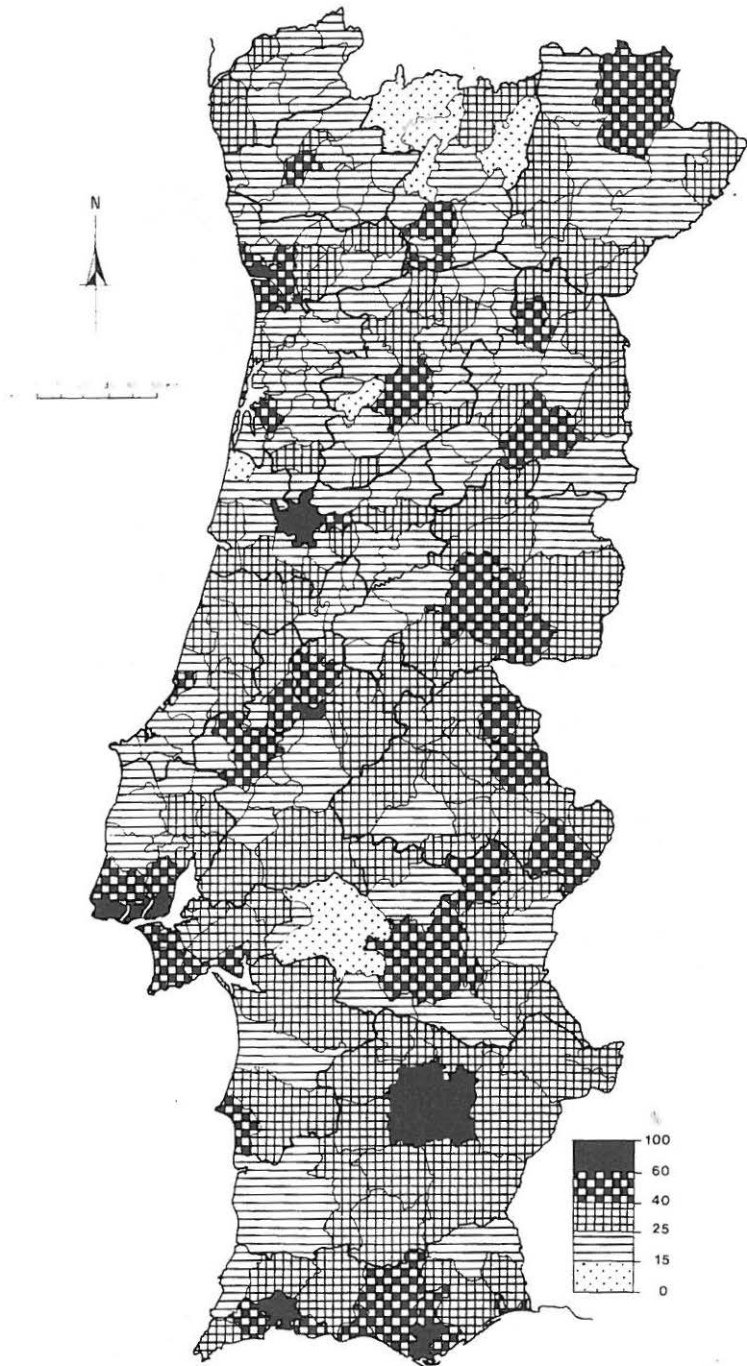


FIG. 4 — Produtores agrícolas individuais que trabalham no comércio, hotelaria, restauração e «outras actividades remuneradas» (%; RAC; 1979).

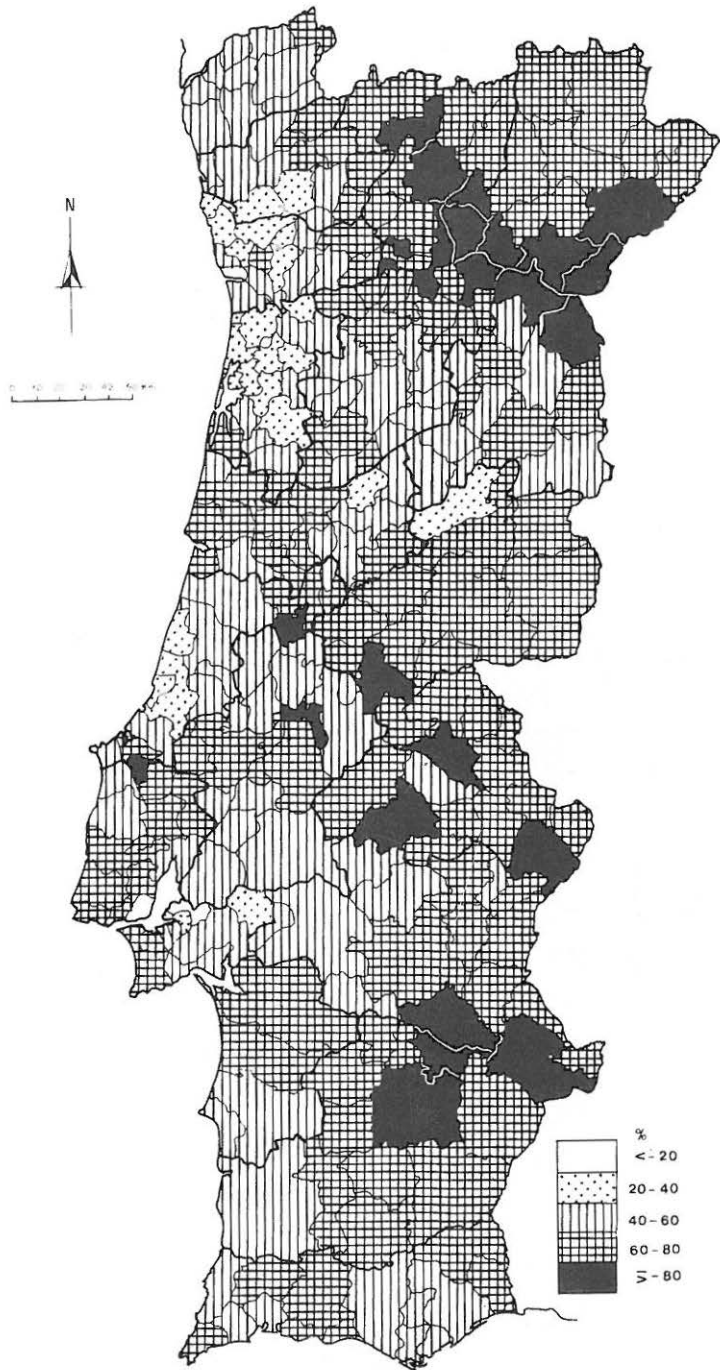


FIG. 5 — Pessoas dos agregados familiares dos produtores que trabalham em actividades terciárias, em percentagem das que trabalham fora das respectivas explorações em actividades não agrícolas (RAC; 1979).

## 2. *Diversificação da natureza das actividades das explorações agrícolas pelo desenvolvimento de actividades não especificamente agrícolas*

A modernização da agricultura identifica-se, numa primeira fase, com o aumento da produtividade, pelos investimentos, divisão vertical do trabalho, especialização, intensificação, formação profissional. Na Europa comunitária os seus êxitos conduziram a dificuldades novas, derivadas da abundância, falta de escoamento, acumulação de excedentes, descidas dos preços e dos rendimentos, com remuneração limitada do trabalho e inviabilidade de muitas explorações, desfavorecidas por condições estruturais (dimensão, parcelamento) e ambientais, como nas regiões montanhosas (custos de produção acrescidos, pela interferência do clima e dos declives; isolamento face aos centros de abastecimento e às áreas de consumo/mercado), o que arrastou a tendência para a desertificação humana de vastas áreas.

Perante as limitações do produtivismo e o êxodo rural consequente, os esforços reorientam-se, cada vez mais, para a diversificação da produção e das formas da sua valorização (agricultura de povoamento). Esta envolve crescentemente a transformação e a comercialização a partir das próprias explorações agrícolas, os produtos finais passando de marginais a centrais em termos económicos, já que valorizados pela sua qualidade e originalidade, sem ruptura com a tradição. O processo pode contribuir também para melhorar a imagem da região e a sua capacidade de atracção turística.

Por outro lado, «o desenvolvimento do sector agro-alimentar industrializado apoiou-se na redução dos custos, na normalização dos produtos, na uniformização dos gostos e na rapidez de preparação dos alimentos. Isso permitiu-lhe o actual controlo do essencial do mercado, mas não da sua totalidade. Ao seu lado há todavia lugar para outro tipo de produtos para outros consumidores mas sobretudo para outros momentos do consumo» (M. BARBEZANT, 1989, p. 14).

Existe, de facto, uma procura real para os produtos portadores duma imagem de autenticidade, de natural, e ligados a uma certa tradição. Numa primeira fase, trata-se de pequenas produções domésticas preparadas pela mulher e vendidas, em conjunto com alguns excedentes de produção, directamente ao consumidor, com significado monetário marginal e irregular. Depois passa-se a uma concepção multifuncional da exploração agrícola, destacando-se a sua função comercial a par da de produção, podendo aquela tornar-se preponderante e orientar esta.

A lógica geral baseia-se na deslocação de funções e de mais-valias para montante da cadeia alimentar, renovando o agro-alimentar camponês e per-

mitindo complementos de rendimento com pouco investimento, mesmo se a opção é individual e não colectiva. Como a transformação e comercialização tendem a remunerar o tempo de trabalho a níveis superiores ao da produção, tornam-se por isso vitais para muitos agricultores e explorações.

Em síntese, valorização doméstica e artesanal de matérias-primas produzidas na exploração, pela sua transformação e venda directa a retalho, na exploração, na beira da estrada, no mercado, em restaurantes e cafés, em lojas do local e da região e até mesmo por correspondência; e valorização da mão-de-obra disponível, na transformação e na comercialização, alargando a perspectiva comercial a actividades tradicionais de conservação com vista ao autoconsumo fora das épocas de produção (marmeladas, patés, enchidos e fumados de carne, queijos curados, etc.). A animá-las está a procura por parte das classes recentemente urbanas, saudosas das especialidades da sua juventude na terra natal, e dos estratos burgueses urbanos, de forte poder de compra, desconfiados das ofertas provenientes de produções intensivas e das indústrias agro-alimentares, tidas por pouco naturais e pouco frescas (complexidade dos circuitos de comercialização), e podendo permitir-se uma alimentação menos standardizada e mais cara. Por outro lado, sobretudo após Maio de 1968, uma parte dos consumidores procura cada vez mais produtos biológicos, por reacção ideológica à agricultura e comercialização capitalistas e à degradação do ambiente e da qualidade de vida e da alimentação.

O êxito das iniciativas depende assim fortemente da defesa da qualidade e da especificidade do produto, da manutenção da sua autenticidade, sem prejuízo da inovação e do desenvolvimento de atributos comuns à produção industrial (higiene, apresentação, regularidade da oferta), a par da adequada comercialização, local, regional ou mais vasta. Aliás, «la filière bio se structure rapidement au niveau européen. Siciliens, Espagnols, Hollandais et Allemands sont sur la brèche. A peine plus loin, les Israéliens se préparent activement. Les gouvernements de ces pays ont réalisé l'importance croissante de ce micromarché et les enjeux de cette reconversion de l'agriculture» (V. MARGERIE, 1989, p. 197).

São, no geral, as explorações pequenas e médias que mais se interessam pela venda directa das produções (as minifundiárias não dispõem de excedentes), muito embora a dimensão, mesmo se expressa em termos económicos, tenha menos significado que o sistema de produção. Na oferta distinguem-se os produtos não transformados (hortaliças, frutas, flores, mel, ovos, animais vivos de capoeira), os produtos transformados (derivados do leite, nomeadamente queijos, compotas, vinho, carnes fumadas, enchidos, pratos já cozinhados de pato, coelho, etc.), os produtos «biológicos» e também produtos da recollecção (caracóis, cogumelos e amoras silvestres).

Porque a venda directa individual exige tempo, é mais comum na agricultura familiar em que a mulher é doméstica e na fase do ciclo de vida da família com presença de duas gerações de adultos (tempos livres; necessidades quanto a rendimentos). A inserção colectiva no conjunto dos circuitos de comercialização permite ultrapassar certos condicionamentos de expansão do mercado para além do local (necessidade em muitos casos de deslocação do consumidor), aumentando as possibilidades de escoamento e de valorização, muito embora os custos nem sempre compensem a opção relativamente à intervenção do sector comercial profissionalizado.

Para que os agricultores desenvolvam com êxito a venda directa na exploração importa que sejam capazes de conseguir a adaptação dos ciclos de produção e dos ciclos de venda, de gerir o trabalho e o carácter aleatório da função comercial, que disponham de conhecimentos tecnológicos para a transformação das suas produções, e que sejam capazes de criar e utilizar uma rede de relações básica para a comercialização das produções e para o acesso à informação em vários campos. Capacidades que dependem do nível de formação e dos percursos profissionais e sociais fora da exploração (frequentação de diferentes meios; responsabilidades e tomadas de decisão), mais comuns nas zonas urbanizadas.

A venda directa também é habitual nos meios rurais com famílias de dominante operária ou terciária, bem como nos de desenvolvimento turístico, designadamente de turismo na exploração agrícola e sobretudo nas áreas de montanha (em França, Vosgos, Alpes, Maciço Central) e desfavorecidas em que o turismo rural abrange a restauração na exploração e onde são comuns a presença de neo-rurais instalados na agricultura.

Produzir, transformar e vender é assumir simultaneamente três profissões bem diferentes e exigentes, realizá-las com êxito ao nível da qualidade, da produtividade do trabalho e da eficiência económica e globalmente, aceitando tarefas suplementares, além da tarefa da produção agrícola. Algumas destas tarefas poderão, todavia, ser exercidas mais facilmente em associações de agricultores, de entajuda ou institucionalizadas, nomeadamente a transformação, quando implica saber muito especializado e equipamentos onerosos, e a comercialização (identificação de mercados locais e regionais, conquista dos mesmos e sua conservação), não esquecendo que tornar-se agricultor-vendedor não se improvisa facilmente com êxito, pelo que a venda directa individual tende a ser essencialmente uma venda de proximidade (micro-região).

Vejamos alguns depoimentos:

«Il ressort de cet examen qu'aucunne activité ne suffirait à elle seule à produire un revenu suffisant pour le maintien du système de production. En regroupant plusieurs métiers, les éleveurs ont pu trouver un certain équilibre écono-



mique dimensionné à une activité de montagne essentiellementt familiale» (J. M. SORBA e outros, 1989, p. 176).

«L'exploitation agricole, familiale depuis 1927, a été reprise par mon mari en 1979 /.../. Nos douze hectares de SAU, dont quatre plantés en fruitiers et un en asperges, n'auraient pas permis de vivre si nous n'avions pas ajouté une activité artisanale de fabrication de jus de fruits, principalement pommes et poires. Afin de conserver la valeur ajoutée sur nos productions, nous avons développé dès le départ un point de vente de détail à la ferme où nous réalisons 30 à 35% du chiffre d'affaires de l'exploitation /.../. En Novembre 1985 nous avons transformé ce point de vente en une société cooperative de consommateurs de produits biologiques» (V. MARGERIE, 1989, p. 196).

Limitada, todavia, à clientela local, a venda directa individual tende a isolar o produtor no seu meio económico, subtraindo-o à informação técnica, comercial ... e dificultando a afirmação de certificados de qualidade (produção não atomizada e homogénea) e a promoção (quantidade suficiente), condições do seu desenvolvimento e duma maior valorização, mesmo se apenas junto duma clientela alógena de passagem (deslocações de fim-de-semana: turismo sedentário e turismo itinerante; turismo rural, em particular o agroturismo).

A possível conquista de mercados distantes, por venda directa — privilegiar o contacto, o diálogo, com o consumidor — ou por venda por correspondência, é muito mais viável em cooperação (diversidade da gama de produtos; regularidade da oferta; etiquetagens e afirmação de marcas com certificados de origem; economias de escala, etc.): «Au départ, il y avait un groupe de néo-ruraux engagés dès le début de la décennie dans la vente directe. Dix ans plus tard, le canton de Vaour dispose d'un atelier complet de conserverie pour la transformation de produits fermiers. Mais le dynamisme commercial n'est pas tout à fait à la hauteur des capacités de l'équipement» (J. BERGAMO, 1989, p. 199).

Como sublinham outros autores, «a nebulosa da venda directa precisa de reforçar a sua influência. Para lá dos grupos que se constituem, um pouco por todo o lado, para transformar e vender, é preciso organizar-se para afirmar a sua originalidade e alargar a sua audiência, ao mesmo tempo que os seus mercados». Estas associações poderão agir muito positivamente no povoamento e no desenvolvimento rural, já que intervêm tanto ao nível económico como social. O Programa Leader proporcionará certamente apoios ao desenvolvimento de iniciativas desta natureza às populações rurais e agrícolas portuguesas interessadas, quando e se forem realmente exploradas as potencialidades do mesmo.

### 3. *Agroturismo e outras modalidades de turismo no espaço rural*

As perspectivas são também sombrias para muitos agricultores portugueses não dispendo de unidades de produção, meios técnicos e enquadramento profissional comparáveis aos dos seus parceiros comunitários mas devendo adaptar-se rapidamente à concorrência intra-europeia e para tal conseguir a curto e médio prazo ganhos consideráveis de produtividade. As apreensões aumentam pelo facto de as negociações do GATT tenderem a agravar as condições de sobrevivência da própria agricultura comunitária, através da redução dos apoios à produção e dos preços, principalmente nos sectores estruturais e espaciais menos dotados.

Para muitos agricultores ou filhos de agricultores e seus naturais sucessores o presente e o futuro apenas lhes reservam a opção do êxodo agrícola e rural. Alguns outros assumem-se como profissionais agrícolas, dependendo do emprego e do rendimento das suas explorações, recusam a marginalização e o êxodo, comprometem-se com projectos de desenvolvimento e modernização daquelas, estimulados pelos diferentes tipos de subsídios comunitários e nacionais do período de transição. Dispendo de explorações pequenas e parceladas em áreas desfavorecidas, sem reais potencialidades de produções de massa competitivas e de produções de qualidade com mercado acessível, procuram associar a actividade agrícola com outras actividades, para além da transformação e comercialização das respectivas produções primárias, da prestação de serviços diversos no meio rural (lojas, mercearias, bares e cafés; cantoneiros, carteiros, professores, funcionários das juntas de freguesia e das Casas do Povo, etc.) ou nos centros urbanos próximos, e da produção artesanal.

Nas suas estratégias de sobrevivência através da pluriactividade proporcionando rendimentos complementares dos agrícolas, sem perda de autonomia e independência profissional e sem o afastamento quotidiano das explorações dos diferentes membros da família, começam a ser encaradas as actividades turísticas e recreativas, de diferentes modalidades em relação com as potencialidades da exploração e os recursos ambientais (Fig. 6).

O agricultor, ou a família agricultora, tenderão assim a comercializar, a par de bens agrícolas e alimentos laborados, parques de campismo e de caravanismo, alojamentos na própria habitação ou em apartamentos especializados, serviços de restauração, limpeza, guarda de crianças, actividades desportivas e recreativas (náuticas, pesca, caça, hipismo, passeios de bicicleta e a pé, e até mesmo os trabalhos agrícolas, como a colheita da fruta e o cuidar dos animais, a apanha de plantas aromáticas e medicinais), actividades culturais (artesanato, folclore, festas, feiras, romarias) e o bucólico do seu próprio meio, de espaços verdes, paisagens rurais humanizadas e cuidadas pelas práticas agrí-



FIG. 6 — Turismo no espaço rural: TH, Turismo de habitação; TR, Turismo rural; AT, Agroturismo (Guia Oficial, SET, 1990).

colas, sossego convidativo do repouso, respondendo às novas necessidades dos consumidores urbanos. A exploração agrícola transforma-se numa exploração rural diversificada, comercial e adaptando-se aos seus diferentes mercados.

«O que distingue mais nitidamente a exploração rural das explorações agrícolas especializadas, é o lugar que nela ocupa a venda de serviços: associação de serviços à venda de produtos caseiros (venda de pratos cozinhados, eventualmente distribuídos ao domicílio); venda de serviços ligados às actividades recreativas (acompanhamento de passeios a pé e acolhimento de crianças na exploração); venda de serviços ligados às actividades turísticas /.../; criação de estruturas comerciais de proximidade /.../. A acção do agricultor consiste então em transformar em mercadoria, sob a forma de serviço remunerado, o que correspondia outrora a simples relações de sociabilidade aldeã: o acolhimento na casa, as actividades recreativas ao ar livre, a subida à montanha». (Le Project rurale, p. 176). Através delas é possível manter e reforçar o tecido económico e social de muitas áreas rurais.

O turismo nas explorações agrícolas apenas é novo no seu carácter comercial: as quintas agrícolas e de vilegiatura foram muito frequentadas pelos seus proprietários e convidados até à explosão turística do termalismo e do veraneio balnear. Como noutros aspectos, a inovação apresenta algum atraso relativamente a outros países europeus e responde mais a uma procura externa não massificada e de qualidade e poder económico do que à procura nacional, até pela forte ruralidade da população de residência urbana, mesmo nas grandes cidades de Lisboa e Porto, os principais centros emissores.

Assim, por exemplo em França, o agroturismo desenvolveu-se desde os meados do século, com a generalização das férias pagas e as facilidades de transporte individual, e de início motivou predominantemente famílias de recursos modestos: em 1979 interessava 12 300 explorações e em 1988, 16 500 (80% dos casos apenas alojamento), ou seja menos de 2% das explorações; estas localizavam-se sobretudo nos Vosgos, Alpes e Maciço Central, áreas de montanha, de paisagens mais ou menos grandiosas e diversificadas, de climas agradáveis no Estio, de agricultura em crise e recessão e de aldeias em abandono. Pelo contrário, na Suíça e na Áustria vizinhas, o seu desenvolvimento foi mais precoce e mais geral e o seu contributo para o desenvolvimento rural muito mais significativo.

Em Portugal, o agroturismo como actividade económica apenas surgiu nos anos 70, sob a designação de Turismo de Habitação. Em termos oficiais, tratava-se essencialmente de promover a dispersão territorial da actividade turística, reforçando ao mesmo tempo os afluxos de diásporas pela conquista de novos segmentos dos mercados emissores europeus, de elevado poder económico, exi-

gências de qualidade e especificidade, designadamente no tipo de alojamento e alimentação, nas relações humanas e no tratamento personalizado, em oposição ao tratamento de massa e ao anonimato dos grandes hotéis das estâncias balneares ou de desportos da neve.

De natureza difusa no espaço, este turismo leve e verde assentou fundamentalmente no acolhimento de famílias residentes, dispondo de patrimónios construídos consideráveis cuja conservação e mesmo recuperação se tornavam demasiado onerosas e dificilmente justificáveis (dimensão reduzida das famílias modernas), de que são exemplo os solares e outras habitações senhoriais da nobreza e burguesia regionais, de localização numa exploração agrícola, rural ou mesmo urbana. Isto não impede a utilização paralela de pequenas pensões, estalagens e hotéis e de parques de campismo rurais, quase sempre próximos de superfícies aquáticas (rios e ribeiras, lagos de barragens), igualmente significativos para as economias agrícolas pelas oportunidades de emprego, embora irregulares e acentuadamente sazonais, e de mercado para as suas produções, alimentares ou de artesanato, e para a região.

No desenvolvimento do turismo de habitação, a partir de 1979, intervieram as facilidades de crédito oficial (Fundo de Turismo), com juros muito bonificados e vantagens fiscais (reconhecidamente de utilidade turística), para trabalhos de recuperação do património arquitectural na condição de criar e manter a oferta de alguns quartos (no máximo 6 no imóvel principal e 4 em apartamentos anexos), com determinado nível de mobiliário e serviços e adequado conforto.

A resposta partiu essencialmente do Noroeste, em especial do vale do Lima e mais ainda do concelho de Ponte de Lima: área de paisagem variada e muito humanizada, verdejante e fresca durante todo o ano, de povoamento denso e disperso, de folclore e gastronomia típica e de forte concentração de solares. Estendeu-se depois ao sopé da Serra da Estrela, à Estremadura e Ribatejo e ao Alentejo, à medida que se cultivava o interesse pelo Portugal desconhecido, suas paisagens, não degradadas nem poluídas, estilos da arquitectura popular, castelos, igrejas, monumentos e museus, e mais recentemente pelas zonas de caça turística. E se banalizavam as praias saturadas e elevavam os custos da sua hotelaria e restauração, muito superiores aos do campo, montanha e todo o interior do país, para iguais níveis de qualidade e para clientes não viajando em grupos numerosos.

Muitas unidades de turismo de habitação podem também ser consideradas de agroturismo, já que se localizam em explorações agrícolas e contam com alojamento resultante da remodelação dos seus anexos, desactivados com as transformações tecnológicas e a externalização de certas funções, muito embora a participação nos trabalhos agrícolas como actividade de animação raramente

seja incluída explicitamente no produto turístico oferecido. Outras deverão ser classificadas como turismo rural por a actividade ser exercida em casas com características rurais (arquitectura típica regional) e inseridas em aldeias ou perto delas, enquanto o turismo de habitação tende a limitar-se ao «aproveitamento de casas antigas, solares, casas apalaçadas ou residências de reconhecido valor arquitectónico, com dimensões adequadas, mobiliário e decoração de qualidade» (Dec.-Lei n.º 256/86, Dec. Regulamentar n.º 5/87).

A natureza familiar do acolhimento e o carácter rural da localização são comuns às três modalidades, logo também o serviço personalizado e o contacto com o campo. Por sua vez, no caso de serviço de refeições, deve ser sempre seguida a cozinha portuguesa tradicional e utilizados produtos da região e da própria exploração agrícola, com destaque para os vinhos e os queijos.

Os apoios financeiros (subsídios a fundo perdido, taxas de juro e prazos de reembolso favoráveis) para a concretização de projectos de turismo rural são assegurados pelo Fundo de Turismo, como empréstimos directos ou através do SIFIT (Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo), os quais também beneficiam as «zonas da caça turística». Os projectos são valorizados pelo seu Interesse para o Turismo (Eixos de Desenvolvimento Turístico e Regiões Específicas de Aproveitamento Turístico) e pela sua contribuição para a redução das assimetrias regionais, através da dinamização da base produtiva regional e da criação de postos de trabalho, no essencial de natureza terciária.

Outros subsídios poderão ser obtidos através do Reg. 79-A/87 quando as actividades turísticas (e artesanais) se insiram em explorações agrícolas de regiões desfavorecidas, possibilidade abrangida pelo Programa Operacional de Desenvolvimento Rural (eixo 4, do PDR) e envolvendo fundos do FEOGA, ou ainda pelo jovem Programa LEADER, que valoriza consideravelmente o Turismo Rural nos processos de desenvolvimento local e regional integrado.

Para já, podemos avaliar a oferta do Turismo no Espaço Rural, no início de 1989, em 195 unidades (turismo de habitação 81; turismo rural 77; agroturismo 12), com 727 quartos e 1 444 camas, destacando-se em número de unidades a Costa Verde, e os distritos de Viana do Castelo, Braga, Guarda, Lisboa, Leiria e Évora; e em número de camas, Viana do Castelo (349), Lisboa (147), Braga (132), Évora (109), Leiria (108) e Guarda (93), por ordem decrescente. Por concelhos (Fig. 6), o destaque vai para Ponte de Lima (24 unidades), a grande distância de qualquer outro: riqueza do património construído e capacidade de iniciativa e de relações humanas, pelo nível cultural dos seus proprietários.

A finalizar, note-se que outras incidências directas ou indirectas do turismo rural na terciarização dos campos e das famílias agrícolas são devidas à uti-



lização de modalidades de alojamento que vão das residências secundárias adquiridas ou herdadas aos parques de campismo, das casas de familiares e amigos, de aldeias ou pousadas (Piódão), à pequena hotelaria rural. A terciarização ocorre então pela animação da procura de bens e serviços, em relação com a presença de forasteiros, em fins-de-semana, épocas de férias e sobretudo no Verão, e pelo emprego nessas unidades de acolhimento, enquanto nas modalidades anteriores ocorria na própria habitação e/ou na própria exploração agrícola e mantinha, de forma mais claramente assumida, a função de fonte de receitas complementares e mesmo suplementares, e de ocupação de tempos de trabalho deixados livres pela exploração, pela vida doméstica e pela profissão dos diferentes membros da família, agrícola ou outra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBEZANT, M. (1990), in *Transformer et vendre des produits fermiers: un avenir*, Actes du Colloque, Editions du GRET, Paris, p. 12-15.
- BERGAMO, J. (1989), «Conserverie: la CUMA du Vaour a l'heure du décloisonnement», *Transformer et vendre des produits fermiers: un avenir*, Actes du Colloque, Edition du GRET, p. 199-204.
- CAVACO, C. (1985), «A agricultura a tempo parcial como factor de estabilidade e de paz social em Portugal», *Finisterra*, XX-39, Lisboa, p. 47-107.
- (1985), «A população agrícola em Portugal. Contribuição para o seu estudo», *Finisterra*, XX-40, Lisboa, p. 314-362.
  - (1985), «Minifúndio e pluriactividade na agricultura portuguesa», *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 4, 5.ª Série, Lisboa, p. 13-36.
  - (1986), «Campagnes qui se vident et campagnes qui s'urbanisent au Portugal», *Espace, Populations, Sociétés*, III, p. 75-84.
  - (1988), «Léthargie et mutation de l'agriculture portugaise», *Annales de Géographie*, 541, Paris, p. 275-290.
  - (1990), «Os campos da Raia Central na perspectiva do desenvolvimento rural», *Finisterra*, XXV-49, Lisboa, p. 87-142.
- CAVACO, C. e MONTEIRO, A. (1990), *Turismo no espaço rural. Antologia*, vol. I, II e III, Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura, MAPA, Lisboa.
- HOUËE, P. (1989), *Les politiques de développement rural. Des années de croissance aux temps d'incertitude*, Economica, INRA, Paris.
- MARGERIE, V. (1989), «La ferme bio, un lieu d'approvisionnement pas comme les autres», *Transformer et vendre des produits fermiers: un avenir*, Actes du Colloque, Editions du GRET, Paris, p. 195-198.
- VARIOS (1988), *Le Project-Rural*, L'Harmattan, Paris.